

**EXCELENTÍSSIMO SENHORES DOUTORES PROMOTORES PÚBLICOS DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO – JOSÉ ALEXANDRE MAXIMINO MOTA E TIAGO
GONÇALVES VERAS GOMES**

TAC do COMPERJ

Referência: ACP nº 0009919-12.2018.8.19.0023

Procedimento Administrativo – PA 163-2019

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS, devidamente qualificada na ação civil pública acima indicada, **respeitosamente**, por meio da presente petição requerer o arquivamento obrigação constante do TAC do COMPERJ, da cláusula segunda, item 5.1.11.2, sendo que esta assim estabelece:

“DAS OBRIGAÇÕES DA COMPROMISSÁRIA PETROBRAS

CLÁUSULA SEGUNDA: Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação pertinente e das exigências legalmente feitas pelo órgão licenciador, a PETROBRAS compromete-se a promover as obrigações de fazer e de pagar abaixo especificadas e a apresentar no bojo do processo de licenciamento ambiental e nos autos da presente ação civil pública ao MP e a este Juízo, o que segue, nos prazos constantes do Cronograma de Execução das Ações, que é o ANEXO 1, parte integrante do presente instrumento.

(...)

5.1.11.2) De forma adicional às condicionantes elencadas no item anterior, as quais serão quitadas com o depósito da monetização constante do TCRF a ser celebrado com a INEA/SEAS, a PETROBRAS se obriga, como medida compensatória adicional, independente do licenciamento ambiental e originada a partir deste TAC, a: (i) Plantar e monitorar 400 hectares no intramuros do COMPERJ na margem do rio Macacu, sendo 170 hectares em APP, até 30/12/2021; (ii) Executar ações para promover a condução da regeneração natural em área de estágio médio de até 100 hectares no intramuros do COMPERJ até 30/12/2021; (iii) Plantar e monitorar 60 hectares de áreas estratégicas para a formação de corredores na bacia Guapi-Macacu, além de manter os 100 hectares já plantados, por meio do projeto de Responsabilidade Social Guapiaçu Grande Vida, até o prazo de 30/12/2021.”

A Petrobras apresentou a resposta ao Ofício n 17/2023_GTT-SH/MPRJ, exarado no âmbito deste PA 163/2019, apresentando as atualizações solicitadas com relação aos Projetos de Reflorestamento de 400 ha na área intramuros do antigo Comperj, atualmente denominado Polo GasLub de Itaboraí, e dos 60 hectares em áreas estratégicas da Bacia Guapi-Macacu.

De toda sorte, importante lembrar que a Petrobras cumpriu integralmente com a obrigação até 31/12/2021, conforme alinhado no TAC1 do Comperj, eis que todas as ações ali avençadas eram para cumprimento até esta data, motivo pelo qual não foram acordadas que esta obrigação especificamente teria que observar as regras e os padrões da legislação Estadual o que seria inviável no tempo previsto,

além de serem acordadas como **uma área adicional¹ e independente do licenciamento ambiental e originada a partir do TAC.**

O INEA enviou a Notificação GESEFNOT/01130334 (em anexo) para a Petrobras por meio da qual solicitou que a Companhia entrasse com um novo requerimento de AA – Autorização Ambiental para continuidade do monitoramento do plantio dos 400 há, objeto específico da Obrigação 5.1.11.2 da cláusula segunda do TAC 1, a qual é acompanhada pelo PA 163/2019.

Esta Notificação GESEFNOT/01130334 foi respondida por meio da carta SMS/LCA/MPL-DP-TDI 0198/2023, em 27/08/2023, cuja íntegra segue em anexo, por meio da qual informamos que protocolamos eletronicamente no SELC o pedido de nova Autorização Ambiental par ao Projeto de Restauração Florestal do Pólo GasLub de Itaboraí.

A Petrobras entende que mesmo não possuindo os 4 anos previstos de manutenção estabelecidos na Resolução INEA nº 142/2017, conforme os relatórios técnicos de monitoramento deferidos por este órgão, as áreas atingiram todos os parâmetros estabelecidos na referida Resolução com conceito 10, conforme consta na Notificação supracitada.

De toda sorte, a Petrobras, comprometida em garantir a preservação da área restaurada e em atender à solicitação deste INEA, realizará mais duas campanhas de monitoramento anual dos plantios e irá manter as atividades de manutenção necessárias, focadas principalmente no controle de gramíneas invasoras e manutenção de aceitos.

No entanto, isto é além do TAC, está sendo cumprindo adicionalmente ao TAC e a Petrobras entende que a obrigação foi plenamente cumprida dentro do prazo estabelecido no instrumento cuja vigência se encerrou em 31/12/2021.

Assim, atendemos integralmente a obrigação constante do TAC1 do Comperj, cláusula segunda, item 5.1.11.2.; bem como aproveitamos o ensejo para juntar os documentos acima referidos (Notificação do INEA e resposta Petrobras).

Diante do exposto, requeremos o **arquivamento do presente PA 163/2019, em razão do integral cumprimento da obrigação.**

Aguarda deferimento.
Rio de Janeiro, 15 de agosto de 2023.

Margareth Michels Bilhalva
OAB nº 171.623

¹ Lembramos que a Petrobras monetizou 5.005 hectares relativos ao reflorestamento regularmente.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Instituto Estadual do Ambiente
Diretoria de Biodiversidade, Áreas Protegidas e Ecossistemas

NOTIFICAÇÃO

Proc. nº E-07/002.107908/2018	(SIGLA) (NUMERO) Nº GESEFNOT/01130334
-------------------------------	---

01-NOME PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRÁS		02-CPF / CNPJ 33.000.167/0001-01	
03- ENDEREÇO DA ATIVIDADE RODOVIA ESTADUAL RJ-116,S/N KM 5,2 - A1 - ALTO DO JACÚ			
04- UNIDADE PROJETO DE RESTAURAÇÃO FLORESTAL		05-- CÓDIGO DA UNIDADE UN052462	06-INSCRIÇÃO ESTADUAL 80.170.270
07- BAIRRO / LOCALIDADE SAMBAETIBA	08- MUNICÍPIO ITABORAÍ	09-R.A./DISTRITO	10-CEP 24841-203
11-ATIVIDADE PRINCIPAL AUTORIZAÇÕES			12- CÓDIGO DA ATIVIDADE 90.10.04
13-CONTATO/REPRESENTANTE DANIEL DE ABREU ROCCO		14- CARGO	15- TELEFONE (S) 21 99716-4674

16- FINALIDADE E DESCRIÇÃO

A presente notificação tem por objetivo dar ciência ao notificado acerca de decisão tomada pelo INEA ou intimar sobre as providências a serem adotadas.

Em atenção ao requerido no processo nº E-07/002.107908/2018 vimos por meio desta notificar V.Sª de que optamos pelo deferimento dos relatórios técnicos de monitoramento para fins de acompanhamento anual.

Informamos que, embora o relatório referente ao ano de 2022 tenha atingido no item Avaliação do Projeto conceito 10,0, a área ainda não se encontra passível para quitação, conforme estabelece o disposto do art. 14 da Resolução INEA nº 143/2017.

Informamos ainda que, tendo em vista que o prazo de validade da autorização ambiental Nº IN048114 expirou em 31 de janeiro de 2023, será necessário V. Sª requerer novo instrumento de Autorização Ambiental conforme disposto do art. 42 do Decreto Estadual nº 46890 de 23/12/2019.

Dessa forma, solicitamos que apresente em prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de recebimento desta notificação:

1-comprovante de requerimento de novo instrumento de Autorização Ambiental para implantação de projeto de restauração florestal.

2- Apresentar a ART e a cópia da carteira profissional do elaborador executor responsável pelo monitoramento da área em restauração.

O não cumprimento dos termos desta notificação sujeita o infrator às penalidades previstas na Lei Estadual nº 3.467 de 14/09/2000, sem prejuízo das demais sanções legais

17-TÉCNICO DO INEA MIRIAN NUNES BOTELHO	18-SETOR GESEF	19-MATRÍCULA 0391303-5/ID:4461204-4
20-CARGO ENG. FLORESTAL/CHEFE DE SERVIÇO	21-DATA 14/06/2023	22-ASSINATURA

23-OBSERVAÇÕES

24-DATA	25-NOME	26-CARGO
---------	---------	----------



Documento assinado eletronicamente por **Mirian Nunes Botelho, Chefe de Serviço**, em 14/06/2023, às 06:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **53776601** e o código CRC **F85A17A3**.

Referência: Processo nº E-07/002.107908/2018

SEI nº 53776601

Avenida Venezuela, 110 - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312
Telefone:

Rio de Janeiro, 27 de julho de 2023

SMS/LCA/MPL-DP-TDI 0198/2023

À Senhora
MIRIAN NUNES BOTELHO
Gerência do Serviço Florestal – GESEF
Diretoria de Biodiversidade, Áreas Protegidas e Ecossistemas – DIRBAPE
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE – INEA

Av. Venezuela, 110, Saúde
Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20081-312

Luiz Carlos de Souza Barreiros
Adjunto I
Mat. 390122-0 / ID 4249565-2
Gerência de Atendimento - INEA

Assunto: Atendimento à Notificação GESEFNOT/01130334

Referência: SEI Nº 53776601 e Processo E-07/002.107908/2018

Prezada Senhora,

Em atendimento à Notificação GESEFNOT/01130334, referente ao processo E-07/002.107908/2018, informamos que, em 17/07/2023, foi protocolado eletronicamente no SELCA o pedido de nova Autorização Ambiental para o Projeto de Restauração Florestal do Polo GasLub de Itaboraí, um compromisso firmado na obrigação 5.1.11.2 do TAC 1 do Comperj, tendo sido gerado o nº de requerimento 15587/2023.

Ressaltamos que constam também em anexo ao requerimento a anotação de responsabilidade técnica (ART) e a cópia da carteira profissional do responsável pelo monitoramento da área em restauração (ANEXO I).

A Petrobras entende que mesmo não possuindo os 4 anos previstos de manutenção estabelecidos na Resolução INEA nº 143/2017, conforme os relatórios técnicos de monitoramento deferidos por este órgão, as áreas atingiram todos os parâmetros estabelecidos da referida Resolução com conceito 10, conforme consta na Notificação supracitada.

No entanto, a Petrobras, comprometida em garantir a preservação da área restaurada e em atender à solicitação deste INEA, realizará mais duas campanhas de monitoramento anual dos plantios e irá manter as atividades de manutenção necessárias, focadas principalmente no controle de gramíneas invasoras e manutenção de aceiros.

A Petrobras informa, ainda, que seguirá atendendo à condicionante 2.15 da AA Nº IN048114, mantendo todas as demais providências relacionadas à proteção e preservação do reflorestamento contra incêndios florestais, conforme

estabelecido:

“Mesmo após a quitação dos compromissos de restauração dos restauradores fica mantida a responsabilidade do proprietário ou possuidor das áreas particulares ou públicas onde foram realizados os projetos de adotar medidas de proteção e conservação das florestas restauradas, nos termos da legislação vigente.”

A Petrobras entende também que já cumpriu integralmente a obrigação 5.1.11.2 do TAC 1 do Comperj, cujo prazo era até 31/12/2021 e que, portanto, irá pleitear a quitação desta obrigação junto ao MPRJ, a qual estabelece que:

“De forma adicional às condicionantes elencadas no item anterior, as quais serão quitadas com o depósito da monetização constante do TCRF a ser celebrado com a INEA/SEAS, a PETROBRAS se obriga, como medida compensatória adicional, independente do licenciamento ambiental e originada a partir deste TAC, a: (i) Plantar e monitorar 400 hectares no intramuros do COMPERJ na margem do rio Macacu, sendo 170 hectares em APP, até 30/12/2021; (ii) Executar ações para promover a condução da regeneração natural em área de estágio médio de até 100 hectares no intramuros do COMPERJ até 30/12/2021; (iii) Plantar e monitorar 60 hectares de áreas estratégicas para a formação de corredores na bacia Guapi-Macacu, além de manter os 100 hectares já plantados, por meio do projeto de Responsabilidade Social Guapiçu Grande Vida, até o prazo de 30/12/2021.” (grifo nosso)

Em que pese a Companhia irá cumprir com a solicitação do INEA, apenas lembra-se que esta obrigação contida no TAC1 do Comperj, firmado com o INEA e com a SEAS inclusive, versava sobre uma área adicional não sujeita, portanto, a estas regras de monitoramento.

Ademais, após instrução do processo de nova AA, informaremos a este INEA o nº de processo SEI gerado.

No mais, ficamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente, **Geraldo Adriano
Teixeira**

Assinado de forma digital por
Geraldo Adriano Teixeira
Dados: 2023.07.27 14:55:45 -03'00'

Geraldo Adriano Teixeira
Gerente de Manutenção e Pós Licença para Desenvolvimento da Produção e TDI

Anexo(s): Anexo I_ARTs e CREA_Tom Adnet e Juliana Baylão